



**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E LOGÍSTICA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº024/2026 - PROCESSO Nº 18.117/2026

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA**, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, sediada na Rodovia Raposo Tavares, no Km 36, Estrada Boa Vista nº 575 – Condomínio Boa Vista – Cotia/SP, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2026** para viabilizar a futura contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, sem gás, destinada ao atendimento das unidades administrativas do Município de Cotia, com entrega ponto a ponto, a ser processado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 9.261, de 15 de dezembro de 2023,¹ todos com suas alterações posteriores, bem como demais legislações pertinentes.

CADASTRO DE PROPOSTAS NO SITE: até às 08:00hs do dia 11/06/2026

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 11/06/2026, às 09:00horas

CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS E DISPUTA: <http://www.bll.org.br>

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

EXCLUSIVIDADE À ME E EPP: LOTE 3

Todas as referências de tempo contidas no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão o horário oficial de Brasília – DF.

¹ A íntegra do Decreto Municipal nº 9.261/2023, que regulamenta, no Município de Cotia, os procedimentos de contratação pública, encontra-se amplamente acessível no seguinte link: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/c/cotia/decreto/2023/927/9261/decreto-n-9261-2023-dispoe-sobre-a-regulamentacao-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-direta-e-autarquica-do-municipio-de-cotia-da-aplicacao-da-lei-federal-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-bem-como-consolida-as-normas-municipais-relacionadas-as-licitacoes-e-contratos-administrativos-e-da-outras-providencias>.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e na mesma plataforma eletrônica, salvo comunicação expressa em sentido contrário.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, conforme data e horários declinados no preâmbulo deste edital, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, na Forma Eletrônica (licitações) da plataforma da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil Ltda. (www.bll.org.br), conforme Licença de uso do Sistema Eletrônico do Portal, firmada entre a Prefeitura Municipal de Cotia e a referida plataforma.

1.2.Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro, com auxílio de Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica www.bll.org.br.

1.2.1.Ao Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado e o exame de documentos.

1.2.2.Em qualquer fase do certame, o Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

2. DO OBJETO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E VALOR ESTIMADO

2.1.O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, sem gás, destinada ao atendimento das unidades administrativas do Município de Cotia, com entrega ponto a ponto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, observado o Termo de Referência e seus anexos.

2.2.O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3.O valor total estimado para a pretendida contratação é de **R\$ 521.637,68 (quinhentos e vinte e um mil seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos)**.

2.3.1. Lote 1 – R\$ 390.500,52

2.3.2. Lote 2 – R\$ 113.925,56

2.3.3. Lote 3 – R\$ 17.211,50

2.4. As despesas da execução do futuro contrato a ser celebrado serão suportadas pelas dotações abaixo:

1) Dotação - Nota de Reserva 467/2026
Ficha 18 – 02.01.3.3.90.30.04.122.7010.2.016.01.1100000.
Órgão: 2 - Secretaria Municipal de Licitações e Logística
Unidade: 1 - Secretaria Municipal de Licitações e Logística
Natureza de Despesa: 339030 – Material de Consumo
Subelemento da Despesa: 7 - Gêneros de alimentos
Função – 4 – Administração
Sub- Função - 122 - Administração Geral
Programa: 7010 – Suporte administrativo
Ação: 2016– Manutenção dos serviços administrativos
Fonte – 1 – Tesouro
Aplicação 1100000 – Geral
Valor da Reserva: R\$ 282.066,22

2) Dotação - Nota de Reserva 465/2026
Ficha - 1016 - 16.01.3.3.90.30.10.122.7029.2.016.01.3100000.
Órgão - 16 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade - 1 Secretaria Municipal de Saúde
Natureza de Despesa: 339030 - Material de Consumo
Subelemento da Despesa: 7 - Gêneros de alimentação
Função: 10 - Saúde
Sub- Função: 122 - Administração Geral
Programa: 7029 - Cotia Saúde - Sistemas de Apoio à eficiência e à qualidade
Ação: 2016– Manutenção dos serviços administrativos
Fonte: 1 - Tesouro
Aplicação 3100000 - Saúde - Geral
Valor da Reserva: R\$ 200.961,46

3) Dotação - Nota de Reserva 466/2026
Ficha – 1171-05.01.3.3.90.30.12.122.7012.1.016.01.2200000
Órgão: 5 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 1 - Secretaria Municipal de Educação
Natureza de Despesa: 339030 – Material de Consumo
Subelemento da Despesa: 7 - Gêneros de alimentação
Função: 12 - Educação
Sub- Função: 122 - Administração Geral
Programa: 7012 - Gestão e Sistema de Ensino
Ação: 2016 - Manutenção dos serviços administrativos
Fonte: 1 – Tesouro
Aplicação: 2200000 – Ensino Fundamental
Valor da Reserva: R\$ 38.610,00

3. DA ABERTURA E DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA

3.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: www.bll.org.br.

3.2. A abertura ocorrerá no dia, hora e local previstos no preâmbulo deste edital, observando-se a legislação ali mencionada.

3.3. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu cadastro, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema: bllcompras.com/Home/Register.

3.4. As empresas licitantes interessadas deverão proceder o credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bll.org.br;

3.6. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.7. Quaisquer outras informações sobre o credenciamento deverão ser obtidas pelos interessados junto à plataforma, por meio do telefone (41) 3097-4600 ou e-mail: contato@bll.org.br.

3.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Pregoeiro, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DAS CONDIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

4.1. É condição para participação neste Pregão Eletrônico os interessados que estejam com credenciamento regular no site da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL.

4.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas legalmente constituídas no país, operando nos termos da legislação vigente, cuja finalidade e o ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto ora licitado, observadas as condições exigidas no Edital e em seus anexos.

4.2.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá manter a identificação desse enquadramento para fins de utilização do tratamento favorecido na Lei Complementar nº 123 de 2006, sendo que a assinalação do campo “não” a impedirá o prosseguimento no certame, bem como não terá direito ao tratamento favorecido, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

4.4. SÃO IMPEDIDAS DE PARTICIPAR NESTE CERTAME AS PESSOAS JURÍDICAS:

4.4.1. Estrangeiras que não funcionem de acordo com as leis brasileiras;

4.4.2. Que estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Cotia;

4.4.3. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o Poder Público, enquanto não reabilitadas;

4.4.4. Que possuam sócios e/ou empregados que sejam funcionários da Prefeitura do Município de Cotia;

4.4.5. Que estejam em processo de falência;

4.4.6. Que mantenham vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.7. Que sejam controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.8. Ou pessoas físicas que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

4.5.1. O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua

controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5. DO ENVIO E DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

5.1. Na presente licitação, somente serão exigidos documentos de habilitação do licitante vencedor na etapa competitiva, conforme requisitos e prazos detalhados em item específico deste edital.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta comercial, observando o critério de julgamento e de acordo com edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação.

5.4. Caberá ao interessado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas no sistema ou da desconexão do seu representante.

5.5. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço unitário e total até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.6. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública da licitação, conforme estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.7. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Modelo de Proposta Comercial e devendo seguir os seguintes itens:

5.7.1. será redigida no idioma pátrio, sem emendas, entrelinhas, rasuras, ressalvas e identificação do licitante;

5.7.2. descrição do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes do Projeto Básico e demais documentos técnicos anexos a este edital;

5.7.3. se for o caso, indicação da marca do produto ofertado; e

5.7.4. valores unitários e totais, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (Real), de acordo com os preços praticados no mercado.

5.8. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5.9. A pessoa jurídica participante que for declarada vencedora deverá apresentar, após a fase de negociação e declaração de aceitabilidade, a proposta adequada ao último lance ofertado, conforme modelo do **Anexo IV** deste edital, bem como eventuais documentos complementares, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. da fase de lances.

6.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.3.1. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3.2. Na hipótese de o licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio do sistema sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar do tratamento diferenciado, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, bem como a apresentação da declaração contida no **Anexo IV**.

6.3.3. O preenchimento de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.4. SERÁ LIMINARMENTE DESCLASSIFICADA A PROPOSTA:

6.4.1. que identifique, por qualquer meio, o licitante;

6.4.2. apresentada em desacordo com as previsões deste edital ou contiverem vícios impossíveis de serem sanados na própria sessão de abertura.

6.5. A desclassificação liminar será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.7. O lance deverá ser ofertado **PELO MENOR VALOR POR LOTE**, conforme critério de julgamento previsto no edital.

- 6.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.9.** O intervalo entre os lances **deverá ser de, no mínimo, 1% do valor estimado, por lote.**
- 6.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12.** Será adotado, para o envio de lances nesta licitação, o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 6.13.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze minutos) e, encerrado o prazo de 15 minutos, inicia-se o período aleatório de até 10 minutos, com fechamento iminente dos lances, encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa aqueles com valores até 10% (dez por cento), superiores a essa oferta serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado.
- 6.14.** Não havendo no mínimo 3 ofertas, nas condições acima, o sistema convocará os autores dos melhores valores subsequentes, no máximo de 3, para ofertarem lance final fechado. Ou seja, chamam-se mais 3, se houver.
- 6.15.** O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar valor menor, em até 5 minutos após a convocação.
- 6.16.** Encerrada a etapa de lances aberto e fechado, o sistema ordenará, todos os valores que foram convocados para a etapa fechada, em ordem de vantajosidade. Lembrando que a proposta inicial também é considerada o primeiro lance, e que o licitante pode optar por manter, na etapa fechada, o seu lance final da etapa aberta.
- 6.17.** Quando houver somente propostas iniciais sem lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 36 e 37 do Decreto nº 10.024, de 2019. Caso o empate persista, haverá sorteio eletrônico pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 6.18.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.19.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances não sendo elas ME ou EPP, o critério de desempate serão aqueles previstos nos incisos I a IV, do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.23. Persistindo o empate previsto no item anterior, será assegurada preferência na ordem sucessiva prevista nos incisos do § 1º, do art. 60, da Lei nº 14.133/2021.

6.24. Caso o licitante não apresente lances na etapa competitiva, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

6.25. No caso de desconexão com o condutor do certame, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, respeitando-se as regras estipuladas neste edital.

6.25.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública **será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes**, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.25.2. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

6.26. Encerrada a fase de lances, será iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

7.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

7.3. A negociação será realizada por meio de sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.4. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo administrativo.

7.5. Após a negociação do preço, será iniciada a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.6. Fica estabelecido o prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, para que o licitante proceda ao envio, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA**, de sua proposta adequada ao último lance ofertado, conforme modelo do **Anexo III**, deste edital, e, se necessário, dos documentos complementares de proposta, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, sob pena de **DECLASSIFICAÇÃO**.

7.7. A prorrogação de que trata o item anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:

7.7.1. por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro.

7.7.2. a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste edital para a verificação de conformidade da proposta.

7.8. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, na legislação correlata e no item 4, deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça à participação no certame ou à futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.8.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União: (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.8.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

7.8.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.8.4. Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo (<https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes/ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx>);

7.8.5. Sistema Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:100524634262523::NO:3,4,6>);

7.8.6. Certidão de Apenados de impedimentos de Contrato/Licitação no TCESP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

7.9. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e **também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

7.10. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.10.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.10.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.10.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.11. Caso o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.12. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.13. Sob pena de desclassificação, o licitante deverá apresentar, para fins de julgamento:

7.13.1. Proposta final de que trata o item 7.6, deste edital, e os documentos que lhe dão suporte;

7.13.2. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. O Pregoeiro corrigirá eventuais erros com operações aritméticas, sendo que prevalecerá, para efeito de julgamento, o valor corrigido, com base nas quantidades fornecidas por este edital e nos preços unitários ofertados.

7.15. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.15.1. conter vícios insanáveis;

7.15.2. não obedecer às especificações técnicas contidas neste edital e Termo de Referência;

7.15.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação ou não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.15.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.16. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.16.1. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.16.2. O ajuste de que trata este item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta;

7.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto a ser contratado.

7.18. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, conforme disposições do edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Após a fase de julgamento, o licitante vencedor será convocado para apresentar os documentos relativos à HABILITAÇÃO, em formato digital, preferencialmente em pdf, devendo ser anexados no campo “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES” da plataforma de disputa BLL, **no prazo de 2 (duas) horas contados da solicitação do Pregoeiro.**

8.1.1. A depender do caso, e com as devidas justificativas, o Pregoeiro poderá proceder à prorrogação do prazo inicial, desde que durante o horário de expediente.

8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

8.2.2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores.

8.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

8.3. HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), referente à sede da empresa e filiais envolvidas na execução do futuro contrato.

8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao ramo de atividade da licitante e compatível com seu objeto contratual.

8.3.3. Certidão Conjunta Negativa relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014.

8.3.4. Certidão de Regularidade de Débitos Tributários, emitida pela Procuradoria Geral do Estado (Certidão de Dívida Ativa).

8.3.5. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

8.3.6. Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual (relativa ao ICMS)**, relativo à sede ou domicílio do licitante.

8.3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

8.3.8. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo Anexo V.

8.3.9. Serão aceitas, para fins de regularidade fiscal e trabalhista, certidões positivas, com efeitos de negativa, nos termos da legislação em vigor.

8.3.10. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente restrição.

8.3.10.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade prevista neste item, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da sessão pública em que for declarada a licitante vencedora, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação.

8.3.10.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.4.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio de apresentação de Atestado (s) ou Certidão (ões), expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, que demonstre o fornecimento de produtos similares, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos seguintes itens de maior

relevância;

8.5.2. Lote 1 - Item 02 – 3.700 und. – Água mineral sem gás, galão 20 lts, com retorno de vasilhame;

8.6. Para fins de comprovação da exigência quantitativa prevista no item anterior, será admitida a apresentação de um ou mais atestados pelo licitante, desde que, em conjunto, comprovem o quantitativo mínimo exigido.

8.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, devendo em seu bojo conter os dados necessários à sua correta identificação, assim como de seu emitente.

8.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato ou de nota fiscal que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos hábeis para tanto.

8.9. OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.9.1. Declaração, assinada por representante legal do licitante, sob as penas da lei, dando conta de que:

8.9.1.1. tem pleno conhecimento das condições e normas técnicas exigidas, bem como de que aceita todas as condições e exigências do presente Edital, conforme modelo do **Anexo VII**; e

8.9.1.2. inexistem Situações que impliquem em Nepotismo, conforme modelo do **Anexo VI**, deste edital.

8.10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.10.1. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ; caso esse seja a filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

8.10.2. Se o interessado for a matriz e o fornecedor do bem ou o prestador dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

8.10.3. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos”, em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões. Também não serão aceitos documentos apresentados com emendas, rasuras ou ressalvas.

8.10.4. Após a inserção, no sistema de processamento da licitação, dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, exclusivamente para:

8.10.4.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da convocação para a sua apresentação via sistema de processamento da licitação;

8.10.4.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de sua apresentação, via sistema de processamento da licitação.

8.10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

8.10.6. Preferencialmente, os documentos deverão ser apresentados sequencialmente, de acordo com o solicitado neste Edital.

8.10.7. Não serão aceitos documentos com prazo de validade expirada, sendo que, para os documentos que não possuam prazo de validade neles expresso, serão aceitos como válidos aqueles cujo prazo não seja superior a 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para a sua apresentação via sistema de processamento da licitação.

8.10.8. As Declarações constantes nos Anexos deste edital deverão ser assinadas pelo representante legal do licitante, sendo o sócio ou seu procurador, este último com poderes para tanto.

8.10.9. Admitir-se-á assinatura eletrônica para os documentos exigidos nesta licitação, na forma do art. 2º, inciso II, da Lei nº 14.063/2020.

9. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

9.1. Declarado o vencedor do certame, o Pregoeiro concederá, via sistema, o prazo de 30 (trinta) minutos, a fim de que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

9.2. A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de sua interposição.

9.2.1. Registrada a intenção de recurso, o licitante terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também em campo próprio do sistema eletrônico, em igual prazo, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O recurso será dirigido à Autoridade Competente que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar

recurso para a Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo ou de forma diversa da prevista neste item do edital não serão conhecidos.

9.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Após o encerramento das fases de julgamento e de habilitação, bem como exauridos os recursos administrativos, ou, ainda, na ausência de sua interposição, caberá ao Pregoeiro o encaminhamento do processo, devidamente instruído, à Autoridade Competente, que poderá:

10.1.1. Determinar o seu retorno para fins de diligências com vistas ao saneamento de falhas ou irregularidades sanáveis, a ser realizada pelo Pregoeiro;

10.1.2. Revogar a licitação ou determinar a sua anulação, conforme incisos II e III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021; ou

10.1.3. Adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar a licitação.

10.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Homologado o certame, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, prorrogável por igual período, se solicitado pela licitante vencedora durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Cotia.

11.2. A adjudicatária deverá providenciar, como condição para a assinatura do contrato:

11.3. Indicação do responsável pela assinatura do contrato contendo o nome completo, número da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF.

11.4. Indicação do representante da CONTRATADA durante a execução do contrato, contendo o nome completo, número da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF.

11.5.Cópia da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF da pessoa responsável pela assinatura do contrato, sendo ela representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído.

11.6.Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando o assinante não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

11.7.Estatuto ou Contrato Social da empresa, caso tenham ocorrido alterações que envolvam a representação legal da licitante, após a realização da sessão pública.

11.8.Documentos apresentados na fase de habilitação que, por ocasião da assinatura do contrato, estiverem com a data de validade vencida.

11.9.Caso a licitante vencedora não assine o contrato no prazo fixado, conforme o artigo 90, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou, por ocasião de sua assinatura, não apresente os documentos estipulados no item anterior, ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

11.10.Na hipótese de ocorrência do referido no item anterior, o Município de Cotia poderá ainda revogar a licitação ou convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.

11.11.O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, respeitando a grade de execução dos serviços, e, conforme previsão no instrumento contratual anexo a este edital.

11.12.As regras referentes ao pagamento, reajustamento, se aplicável, critérios de recebimento do objeto, assim como das obrigações das partes estão disciplinadas na minuta de termo de contrato, anexa a este Edital.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1.Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas deste edital ou de seus anexos ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentadas no Decreto Municipal n.º 9.261/2023, quais sejam:

13.1.1.advertência;

13.1.2.multa;

13.1.3. impedimento de licitar e contratar;

13.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2. Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto neste edital, hipótese em que serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

13.4. A autoridade julgadora, mediante ato motivado e sob os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, poderá agravar, abrandar ou isentar a aplicação das penalidades, assim como adotar prazo ou percentual diverso de que trata o Decreto Municipal n.º 9.261/2023.

13.5. Para fins de aplicação de sanções por infração a este edital ou seus anexos, cometidas na esfera da licitação, serão observadas as disposições preconizadas na minuta de Contrato, que constitui **Anexo VIII**, assim como no Capítulo XIV, do Decreto Municipal nº 9.261/2023, cuja íntegra poderá ser acessada por intermédio do seguinte link, amplamente acessível:
<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/c/cotia/decreto/2023/927/9261/decreto-n-9261-2023-dispoe-sobre-a-regulamentacao-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-direta-e-autarquica-do-municipio-de-cotia-da-aplicacao-da-lei-federal-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-bem-como-consolida-as-normas-municipais-relacionadas-as-licitacoes-e-contratos-administrativos-e-da-outras-providencias>.

13.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Cotia.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou solicitar esclarecimentos, devendo o pedido ser feito no prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura do certame.

14.1.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser protocolizados em meio eletrônico, diretamente na plataforma de processamento da licitação, declinada no preâmbulo deste edital

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado na plataforma de processamento da licitação e em sítio eletrônico oficial do Município, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo se houver o acolhimento ou, por decisão da Autoridade competente, a suspensão da abertura da sessão.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A aceitação da proposta vencedora pela Prefeitura do Município de Cotia obriga os seus proponentes ao fornecimento do objeto desta licitação pelo preço ajustado.

15.2. Pela elaboração e apresentação da “Proposta Comercial e Habilitação”, as empresas não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

15.3. A Prefeitura do Município de Cotia poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da “Proposta Comercial” ou da “Habilitação” apresentada neste processo.

15.4. A licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Prefeitura do Município de Cotia, quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluída da presente licitação.

15.5. É facultado ao Pregoeiro e/ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou dos documentos de habilitação.

15.5.1. A inobservância do prazo fixado para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta e/ou inabilitação do licitante.

15.6. A apresentação das propostas implica que as empresas participantes conheçam a legislação municipal pertinente, bem como aceitam todos os termos do edital, e seus anexos.

15.7. A simples participação da empresa nesta licitação caracteriza que a mesma concorda:

15.7.1. Que esta licitação poderá ser anulada, se ocorrer irregularidade no seu processo ou julgamento, e poderá ser revogada, a juízo exclusivo da Administração Municipal, caso seja julgada inoportuna ou inconveniente para o interesse público, não cabendo aos participantes o direito de ressarcimento de qualquer despesa.

15.7.2. Que é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.8. As dúvidas surgidas na aplicação do presente edital, bem como os casos omissos, serão resolvidas pelo Pregoeiro ou Autoridade Superior, que contarão com o auxílio técnico e jurídico que se fizerem necessários.

15.9. E para conhecimento do público, expede-se o presente edital, cuja íntegra será disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal oficial da Prefeitura de Cotia na internet, bem como terá seu extrato veiculado no D.O.E. - Diário Oficial do Estado de São Paulo e em 01 (um) jornal de grande circulação.

15.10. Fica eleito o foro da Comarca de Cotia como competente para apreciar todas as questões decorrentes do certame, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16. ANEXOS DO EDITAL

16.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

16.2. ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA/ORÇAMENTO REFERENCIAL

16.3. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL IDENTIFICADA READEQUADA – LICITANTE VENCEDOR

16.4. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

16.5. ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

16.6. ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÕES QUE IMPLIQUEM NEPOTISMO

16.7. ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO (DECLARAÇÃO UNIFICADA)

16.8. ANEXO VIII- MINUTA DO TERMO DE CONTRATO, ACOMPANHADA DE SEUS ANEXOS (Anexo I - Termo de Ciência e Notificação; Anexo II - Cadastro de Responsáveis; e Anexo III - Declaração de documentos à disposição do TCE/SP – Anexo IV - Termo de Designação).

Cotia, 22 maio de 2026

Márcio José Gomes

Secretário Municipal de Licitações e Logística

(conforme delegação de competência – Decreto Municipal nº 9.261/2023).

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de água mineral natural sem gás, destinada ao atendimento das unidades administrativas do Município de Cotia, com entrega ponto a ponto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DEFINIÇÃO DO OBJETO

Natureza: Trata-se de fornecimento de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da legislação vigente.

Quantitativos: Os quantitativos estimados para a contratação encontram-se descritos na planilha de itens constante no item 12 deste Termo de Referência, servindo como parâmetro para o atendimento das necessidades da Administração ao longo da vigência contratual, não constituindo obrigação de consumo integral.

Prazo de Vigência do Contrato: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e observados os limites e condições previstos na Lei nº 14.133/2021.

Julgamento: Menor preço por lote.

Regime de execução: O regime de execução será de empreitada por preço unitário.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Fundamentação:

Este Termo de Referência foi elaborado com fundamento no Estudo Técnico Preliminar, em estrita conformidade com o inciso XXIII do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece os documentos necessários à contratação de bens e serviços.

Justificativa:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar o fornecimento contínuo de água mineral natural sem gás às unidades administrativas do Município de Cotia, insumo essencial à garantia de condições adequadas de trabalho aos servidores e ao atendimento do público usuário dos serviços municipais.

Trata-se de demanda de natureza contínua e indispensável ao regular funcionamento das atividades administrativas, cuja eventual interrupção pode comprometer as condições mínimas de bem-estar, higiene e saúde no ambiente de trabalho, bem como prejudicar a continuidade das rotinas operacionais das unidades municipais.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a solução atualmente adotada pelo Município, consistente no fornecimento de água mineral por meio de contratação de empresa especializada com entrega ponto a ponto, revela-se a alternativa mais adequada para atendimento da demanda, considerando aspectos de viabilidade operacional, logística de distribuição e atendimento descentralizado das unidades.

A contratação será realizada com fornecimento parcelado, conforme a demanda da Administração, incluindo entrega ponto a ponto nas unidades requisitantes, permitindo maior controle sobre o consumo efetivo, evitando desperdícios e assegurando o uso racional dos recursos públicos.

Destaca-se, por fim, que a contratação atende ao interesse público, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de água mineral natural sem gás, própria para consumo humano, destinada ao atendimento das unidades administrativas do Município de Cotia, contemplando diferentes formas de acondicionamento conforme a natureza da demanda administrativa.

Sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, a execução compreende todas as etapas necessárias ao adequado atendimento da necessidade pública, incluindo captação, envase, controle de qualidade, armazenamento, transporte e distribuição do produto até sua entrega ponto a ponto nas unidades requisitantes, bem como a gestão dos vasilhames eventualmente fornecidos em regime de comodato ou substituição.

O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitações formais da Administração, contemplando a fase de distribuição contínua do objeto ao longo do tempo, de forma a assegurar o atendimento permanente das unidades e evitar a formação de estoques desnecessários.

Na fase de utilização, a água mineral será destinada ao consumo humano pelos servidores e usuários dos serviços públicos municipais, devendo a contratada assegurar que o produto atenda integralmente aos padrões de qualidade, potabilidade e segurança exigidos pela legislação sanitária vigente, devendo estar devidamente envasado, rotulado e dentro do prazo de validade.

A execução do objeto deverá observar, ainda, os seguintes requisitos mínimos de contratação: fornecimento de produto regularmente registrado e autorizado pelos órgãos competentes; manutenção de condições adequadas de higiene, conservação e transporte; reposição ou substituição de vasilhames quando necessário; e garantia de entrega ponto a ponto nas unidades administrativas indicadas pela Administração.

O modelo de execução contempla ainda a logística de reposição dos vasilhames, quando aplicável, garantindo a continuidade do ciclo de fornecimento, sem interrupção do abastecimento nas unidades administrativas.

O pagamento será realizado com base no quantitativo efetivamente fornecido e devidamente atestado pela fiscalização do contrato, assegurando maior controle do gasto público e observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

O fornecimento de água mineral natural sem gás deverá estar em conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, devendo os produtos ser entregues em perfeitas condições de consumo, devidamente lacrados, com identificação do fabricante e dentro dos padrões de qualidade, segurança e potabilidade exigidos pela legislação vigente.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, no prazo, local e condições estabelecidos neste Termo de Referência, assegurando a regularidade do abastecimento durante toda a vigência contratual. A contratada será responsável pelo transporte adequado, entrega ponto a ponto, carga, descarga e substituição de produtos ou vasilhames que apresentem irregularidades, sem ônus adicional para a Administração.

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, em razão da necessidade de controle direto da qualidade sanitária, rastreabilidade e regularidade do fornecimento.

A execução do objeto deverá observar integralmente a legislação vigente aplicável, especialmente o Decreto-Lei nº 7.841/1945 (Código de Águas Minerais), as normas e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA relativas à qualidade, potabilidade, identidade, rotulagem e controle sanitário de águas envasadas, as normas da Agência Nacional de Mineração – ANM referentes à exploração e comercialização de água mineral, bem como as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO aplicáveis aos recipientes e acondicionamento, além de demais normas sanitárias, ambientais e técnicas vigentes pertinentes ao objeto.

A água mineral fornecida deverá ser natural, proveniente de fonte devidamente autorizada, atender aos padrões de potabilidade e qualidade exigidos pela legislação sanitária vigente, possuir laudos físico-químicos e microbiológicos atualizados e não apresentar contaminantes, odores, sabores estranhos ou qualquer alteração que comprometa sua qualidade.

Os garrafões retornáveis, quando utilizados, deverão ser fornecidos em regime de comodato, fabricados em material atóxico próprio para contato com alimentos, estar em bom estado de conservação, possuir lacre inviolável e ser substituídos imediatamente em caso de avarias, defeitos ou irregularidades.

A logística de entrega deverá ocorrer de forma ponto a ponto nas unidades administrativas, sendo de responsabilidade integral da contratada o transporte, carga e descarga dos produtos, garantindo eficiência operacional e atendimento tempestivo às demandas da Administração.

A contratação deverá observar práticas de sustentabilidade, incluindo a utilização de vasilhames retornáveis, logística reversa quando aplicável e destinação ambientalmente adequada de embalagens, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A aceitação dos produtos estará condicionada à conferência no ato da entrega, podendo a Administração realizar, a qualquer tempo, análises laboratoriais para verificação da conformidade, devendo a contratada substituir imediatamente os produtos que não atendam aos padrões exigidos.

5. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

As solicitações de fornecimento ocorrerão conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente, formalizadas pela Secretaria Municipal de Licitações e Logística.

Após a formalização, os pedidos serão encaminhados à contratada por meio de correio eletrônico (e-mail), devendo o atendimento ocorrer exclusivamente mediante tais solicitações, sendo vedadas entregas não autorizadas.

O fornecimento será realizado de forma parcelada e sob demanda, não havendo quantidade mínima por solicitação, devendo a contratada atender integralmente ao quantitativo solicitado em cada pedido.

A expectativa da Administração é a realização de solicitações periódicas ao longo da vigência contratual, sendo a prática atual de fornecimento de um pedido a cada 15 dias, podendo, contudo, variar conforme a necessidade de abastecimento ou urgência das unidades administrativas, não constituindo tal estimativa obrigação de frequência mínima ou fixa para a Administração.

As entregas serão realizadas de forma descentralizada (ponto a ponto), diretamente nas unidades administrativas do Município, conforme relação de endereços constante no Anexo I deste Termo de Referência, nos horários e condições previamente estabelecidos pela Administração.

O prazo de entrega será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser reduzido em situações emergenciais, a critério da Administração.

A contratada será responsável por todas as etapas do fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga, entrega e eventual substituição dos garrafões, bem como pelo recolhimento dos vasilhames vazios no ato da entrega dos cheios, quando aplicável, arcando com todos os custos decorrentes.

Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, devidamente lacrados, dentro do prazo de validade, com embalagens íntegras e sem sinais de violação, observando todas as exigências sanitárias aplicáveis.

O recebimento será realizado no local de entrega por servidor designado, mediante conferência do quantitativo e das condições dos produtos, não implicando aceitação definitiva.

As entregas de água mineral serão realizadas mediante sistema de troca, condicionadas à devolução simultânea de igual quantidade de vasilhames vazios. Dessa forma, a contratada somente efetuará a entrega dos galões cheios na mesma proporção dos recipientes vazios disponibilizados pela unidade solicitante no ato do recebimento.

Ressalta-se que não haverá formação de estoque adicional de vasilhames cheios nas dependências da Administração, sendo vedada a entrega desacompanhada da correspondente devolução. Caso a unidade não

disponha de vasilhames vazios em quantidade equivalente, a entrega será limitada ao quantitativo efetivamente disponibilizado para troca.

Tal sistemática visa assegurar o controle logístico, evitar acúmulo indevido de recipientes e garantir a adequada gestão dos materiais em comodato, mantendo o equilíbrio entre os volumes fornecidos e os recipientes em circulação.

Os itens que apresentarem quaisquer desconformidades, tais como violação de lacre, avarias, contaminação, prazo de validade inadequado ou desacordo com as especificações, serão recusados, ficando a contratada obrigada a substituí-los imediatamente ou no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Administração.

A cada entrega, a contratada deverá emitir comprovante de recebimento, contendo, no mínimo, a identificação do fornecedor, quantidade entregue, data da entrega, data de validade dos produtos, identificação do lote e nome e documento do responsável pelo recebimento.

Eventuais pedidos de prorrogação de prazo deverão ser previamente comunicados e devidamente justificados à Administração, cabendo a esta a análise e deliberação.

Todas as despesas com transporte, carga, descarga e logística serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

O fornecimento caracteriza-se como de natureza contínua, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e será executado pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato.

6. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A gestão do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, a quem competirá o acompanhamento administrativo, o controle de vigência e o monitoramento da execução do objeto.

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, ao qual caberá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, acompanhar o fornecimento, atestar as Notas Fiscais para fins de pagamento e registrar eventuais ocorrências relacionadas à execução.

As solicitações de fornecimento serão formalizadas por meio de Autorizações de Fornecimento, observadas as condições contratuais, os preços pactuados e a disponibilidade orçamentária.

Compete à fiscalização verificar o cumprimento dos prazos de entrega, das condições de qualidade, higiene e segurança da água mineral fornecida, bem como a regularidade do abastecimento e a observância das demais obrigações assumidas pela contratada.

A qualquer tempo, e a critério da Administração, os produtos poderão ser submetidos à análise de controle de qualidade por laboratório oficial ou devidamente credenciado por conta da contratada, que emitirá laudo técnico atestando suas condições. Constatadas irregularidades, a contratada deverá proceder à substituição integral dos produtos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

A reincidência de problemas de qualidade, devidamente comprovada por laudos técnicos, poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da comunicação aos órgãos competentes de vigilância sanitária.

A contratada deverá apresentar, mensalmente, relatório detalhado das entregas realizadas, contendo a consolidação dos pedidos atendidos, acompanhado dos respectivos comprovantes de entrega, os quais deverão ser previamente analisados e aprovados pela fiscalização como condição para a efetivação do pagamento.

Deverá, ainda, ser apresentada planilha atualizada contendo a localização e o quantitativo dos garrafões disponibilizados em regime de comodato, para fins de controle e rastreabilidade.

A contratada deverá prestar todas as informações solicitadas pela Administração e permitir o acesso aos dados necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual, bem como corrigir ou substituir, às suas expensas, os produtos que apresentem defeitos, vícios ou desconformidades com as especificações estabelecidas.

Em caso de descumprimento contratual, poderão ser aplicadas as sanções previstas na legislação vigente e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Atestar a conformidade do fornecimento por meio da fiscalização técnica, verificando o atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

Efetuar os pagamentos à contratada com base nas entregas efetivamente realizadas e devidamente

atestadas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de gestor e fiscal designados, aplicando, quando cabível, as penalidades previstas em caso de descumprimento das obrigações assumidas;

Emitir as ordens ou autorizações de fornecimento, conforme a necessidade da Administração;

Prestar à contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto;

Tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas do edital, deste Termo de Referência e do contrato.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar o objeto contratado em estrita obediência às prescrições e exigências contidas no Termo de Referência, no contrato e demais instrumentos aplicáveis, bem como de acordo com a proposta apresentada;

Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

Cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos no contrato, observando as ordens ou autorizações de fornecimento emitidas pela Administração;

Providenciar a imediata correção de eventuais vícios, defeitos ou incorreções identificadas nos produtos fornecidos, no prazo determinado pelo gestor ou fiscal do contrato;

Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos, fretes, tarifas e demais encargos, que deverão estar inclusos no preço contratado, não podendo, sob qualquer pretexto, transferir à Prefeitura Municipal de Cotia tais responsabilidades;

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não transferindo à Prefeitura Municipal de Cotia qualquer ônus nesse sentido;

Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração, sempre que necessário;

Responder por quaisquer danos causados a empregados, terceiros ou à Administração, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto contratado;

Assegurar que os produtos fornecidos atendam às especificações técnicas, padrões de qualidade, embalagem adequada e prazo de validade compatível com o consumo previsto pela Administração.

9. RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

O prazo para recebimento poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistência na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificados pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da contratada pela solidez e pela segurança do objeto fornecido.

10. PAGAMENTO

O faturamento será realizado mensalmente, com base nos quantitativos efetivamente fornecidos, entregues e aceitos pela Administração, conforme atesto do fiscal do contrato.

A Nota Fiscal deverá ser apresentada acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios:

I – Relatório consolidado das entregas realizadas no período;

II – Comprovantes de entrega devidamente assinados pelos responsáveis nas unidades atendidas;

III – Planilha atualizada de controle dos vasilhames disponibilizados em regime de comodato.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, desde que verificada a regular execução do objeto e o cumprimento das obrigações contratuais.

Para fins de pagamento, a contratada deverá manter regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

11. DA ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS:

O objeto deste Termo de Referência está detalhadamente especificado, conforme tabela anexa:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO
1	300	Unidade	Vasilhame (garrafão) vazio, capacidade de 20 litros, confeccionado em material plástico resistente, cor azul translúcida, formato cilíndrico, com aproximadamente 50 cm de altura e 28 cm de diâmetro para reposição.
2	18504	Unidade	Água mineral natural sem gás, acondicionada em galão retornável de 20 litros, com tampa de pressão e lacre de segurança, com validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega, fornecida mediante sistema de troca de vasilhames (retorno do vasilhame vazio), com entrega ponto a ponto, sendo os vasilhames disponibilizados em regime de comodato durante a vigência do contrato.
3	2404	Caixa com 48 unidades	Água mineral natural sem gás, acondicionada em copo de polietileno, lacrado com tampa aluminizada, contendo 200 ml, com validade mínima de 5 (cinco) meses a contar da data da entrega. Unidade de compra caixa com 48 (quarenta e oito) unidades;
4	683	Pacote com 12 unidades	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa pet, tampa com rosca e lacre; contendo 500 ml, validade 5 (cinco) meses a contar da data da entrega. Unidade de compra pacote com 12 (doze) unidades.

ANEXO I – A - TERMO DE REFERENCIA

1) Relação de possíveis locais a serem entregue ponto a ponto:

	Secretaria	Departamentos	Endereços
1	Comunicação	Sede Administrativa	Rua Jorge Caixe, 306 A - 3º Andar - Jd Nomura
2	Cultura	Sede Administrativa	Avenida Santo Antônio, 307 - Vila Santo Antônio do Portão
3	Defesa Civil	Sede Administrativa	Rua Turmalina, 39 - Jd. Nomura
4	Desenvolvimento Social	Acolhimento Municipal SAICA	Rua Londrina, 314 - Jd Eliana
5	Desenvolvimento Social	Conselho Tutelar de Caucaia do Alto	Rua Benedito Pires da Silva Sobrinho, Bairro Planalto 157 - casa 2 Centro (Caucaia do Alto)
6	Desenvolvimento Social	Conselho Tutelar de Cotia	Rua Jorge Caixe, 306 A - 4º Andar - Jd Nomura
7	Desenvolvimento Social	Cras Caucaia do Alto	Rua Benedito Pires da Silva Sobrinho, Bairro Planalto 157 - casa 1 - Centro (Caucaia do Alto)
8	Desenvolvimento Social	Cras Jardim Japão	Rua Fresia, 60 - Jd Japão
9	Desenvolvimento Social	Cras Jd. Arco Íris	Avenida Marabás 700, Jardim Arco Iris Cotia
10	Desenvolvimento Social	Cras Mirizola	Rua Vicente Strifezzi, 131 - Parque Miguel Mirizola
11	Desenvolvimento Social	CRAS Unidade Avançada Caputera	Estrado do Caputera, 4500 - Bairro Caputera
12	Desenvolvimento Social	CREAS Cotia	Avenida Prof. Manoel José Pedroso, 1565 - Pq. Bahia
13	Desenvolvimento Social	Fundo Social de Caucaia do Alto CCI (Centro de Convivência do Idoso)	Rua Benedito Ferreira das Dores, 289 - Vila Santa Catarina - Caucaia do Alto
14	Desenvolvimento Social	Fundo Social de Cotia (CECAP) Padaria	Rua Vereador José de Souza, 74 - Vila Monte Serrat
15	Desenvolvimento Social	Sede Administrativa	Rua Benedito Isaac Pires, 35 - Parque Dom Henrique 4ª. Andar
16	Educação	Sede Administrativa	Rua Jorge Caixe, 306 A - 1º Andar - Jd Nomura

17	Esportes	Ginásio Municipal de Esportes de Cotia	Rua Ouro, 38 - Parque Bahia
18	Fazenda	Centro Integrado Tributário – CIT	Avenida Benedito Isaac Pires, 35, Térreo - Pq Dom Henrique
19	Fazenda	Gabinete do Secretário - CONTABILIDADE	Avenida. Prof. Manoel José Pedroso, 1347 - Jardim Nomura
20	Fazenda	Polo – Caucaia do Alto	Avenida Roque Celestino Pires, 1204 - Caucaia do Alto
21	Gestão Estratégica e Inovação	Departamento de Convênios	Avenida Benedito Isaac Pires, 35 - 2º Andar - Pq. Dom Henrique
22	Gestão Estratégica e Inovação	Departamento de Tecnologia	Avenida Prof. Manoel José Pedroso, 1581 – Parque Bahia
23	Governo	Paço Municipal	Avenida Prof. Manoel José Pedroso, 1347 – Jardim Nomura
24	Habitação	Secretaria de Habitação e Urbanismo	Rua Jorge Caixe, 306 A - 2º Andar - Jd Nomura
25	Indústria e comércio	Secretaria de Industria e Comércio	Avenida Benedito Isaac Pires, 35 – Pq. Dom Henrique
26	Jurídico	Secretaria Assuntos Jurídicos	Avenida Benedito Isaac Pires, 35, 2º andar Pq Dom Henrique 06716-300
27	Licitações e Logística	Almoxarifado Central	Rodovia Raposo Tavares, KM 36,7 - Condomínio Boa Vista - Galpões 11 e 12- Jd. Atalaia
28	Meio Ambiente	Secretaria do Meio Ambiente	Rua Jorge Caixe, 306 A - 2º Andar - Jd Nomura
29	Meio Ambiente	Viveiro Municipal	Avenida Benedito Isaac Pires, 1.105, Bairro Maranhão - 06716-300
30	Mulher	Secretaria dos Direitos Humanos, Cidadania e da Mulher	Avenida Benedito Isaac Pires, 35 - 2º andar - Pq. Dom Henrique
31	Obras	Secretaria de Obras e Infraestrutura Urbana	Rua Guiné, 326 - Jd. Lina
32	Relações Institucionais	PROCON – Caucaia do Alto	Rua Manoel Ferraz de Almeida, 38
33	Relações Institucionais	PROCON – Cotia	Rua Jorge Caixe, 306A , Térreo

34	Relações Institucionais	Secretaria de Relações Institucionais	Rua Jorge Caixe, 306 A - 3º andar - Jd. Nomura - PROCON
35	Saúde	ALMOXARIFADO	Rodovia Raposo Tavares, km 36, Galpão 11 - Condomínio Boa Vista, Cotia/SP
36	Saúde	CAPS A.D	RUA TOPAZIO Nº 318 - JD NOMURA
37	Saúde	CAPS ADULTO	RUA TOPAZIO Nº96 - JD NOMURA
38	Saúde	CAPS INFANTIL	RUA TOPAZIO Nº 159 - JD NOMURA
39	Saúde	CEFOR Caucaia	Avenida Roque Celestino Pires, Nº 1020
40	Saúde	CEFOR cotia	Avenida Vasco Massafeli, 650
41	Saúde	CIS	Avenida Professor Manoel Jose Pedroso, 843 - Pq Bahia
42	Saúde	CIS	Avenida Professor Manoel Jose Pedroso, 843 - Pq Bahia
43	Saúde	Residência Terap. São Joaquim	Rua Padre Jose Ferreira de Seixas, 117 Vila São Joaquim
44	Saúde	Residência Terapêutica Sabia	Rua Serro Azul, 156 Jd. Sabia
45	Saúde	SAMU Caucaia	Avenida Roque Celestino Pires, Nº 1020
46	Saúde	SAMU Cotia	Avenida João Nishimura, 50 Bairro Portão
47	Saúde	SECRETARIA DE SAUDE	Avenida Professor Manoel Jose Pedroso, 1401 - Jd.Nomura
48	Saúde	Sede Administrativa	Avenida Prof. Manoel José Pedroso, 1401 - Parque Bahia, Cotia - SP, 06717-100
49	Saúde	SVO	Avenida Prof. Manoeal José Pedroso, 1.130 - Jardim Nomura
50	Saúde	TRANSPORTES	Rua Rincão, 15 Parque Rincão – Km 30
51	Saúde	UBS AGUA ESPRAIADA	Estrada água espriada
52	Saúde	UBS ARCO IRIS	Estrada Velha da Olaria, 2400
53	Saúde	UBS ASSA	Rua Santo Antônio, 406 Vila Santo Antônio
54	Saúde	UBS ATALAIA	Rua Demétrio Calfat,300 - Parque Santa Rita de Cassia
55	Saúde	UBS CACHOEIRA	Estrada da Cachoeira
56	Saúde	UBS CAPUTERA	Estrada da Ressaca, 560 Ressaca
57	Saúde	UBS CAUCAIA	Avenida Roque Celestino Pires, Nº 1020
58	Saúde	UBS COIMBRA	Rua Azulão,834
59	Saúde	UBS ENGENHO	Rua Doninhas, 317 - Jardim do Engenho
60	Saúde	UBS JD. OLIVEIRAS	Rua Urupema,105 – Jd das Oliveiras

61	Saúde	UBS JD.JAPÃO	Rua Maria Quitéria
62	Saúde	UBS MENDES	Estrada dos Grilos
63	Saúde	UBS MIRANTE DA MATA	Rua Francisco Alves,08 Mirante da Mata
64	Saúde	UBS MIRIZOLA	Rua Vicente Strifezi,97
65	Saúde	UBS MORRO GRANDE	Avenida Das Graças, 755 - Morro Grande
66	Saúde	UBS PETROPOLIS	Rua Das Ameixeiras, 401 Jd. Petrópolis
67	Saúde	UBS PORTÃO	Avenida Vasco Massafeli, 350
68	Saúde	UBS PQ. SÃO GEORGE	Rua Karan, 606 - Parque São George
69	Saúde	UBS PQ.ALEXANDRE	Rua José Andrade, 1287
70	Saúde	UBS RECANTO SUAWE	Rua Mendes Pimentel, s/n
71	Saúde	UBS RIO COTIA	Rua Pedro Rodrigues, 12
72	Saúde	UBS SANDRA	Estrada dos Fichers, 1927 Jardim Sandra
73	Saúde	UBS SANTA ANGELA	Avenida Vasco Massafeli, 650
74	Saúde	UBS SÃO MIGUEL	Rua São Cipriano, 187 - Jardim São Miguel
75	Saúde	UBS SÃO VICENTE	Estrada do Embu, 806
76	Saúde	UBS TURIGUARA	Rua Natal, 10
77	Saúde	VIGILANCIAS	Avenida PROFESSOR MANOEL JOSE PEDROSO, 1565 PQ BAHIA
78	Segurança Pública	Inspetorias da Guarda Civil de Cotia	Avenida Dr. Odair Pacheco Pedroso, 798 - Quinta dos Angicos
79	Segurança Pública	Secretaria de Segurança Pública	Avenida Benedito Isaac Pires, 35 - 3º andar- Pq. Dom Henrique
80	Trabalho	Secretaria de Trabalho e Emprego	Rua Jorge Caixe, 306A, 3º andar
81	Transportes	Departamento de Trânsito	Rua Jorge Caixe, 246 - Jardim Nomura
82	Transportes	Secretaria de Transportes e Mobilidade de Cotia	Rua Jorge Caixe, 306 - 3º andar - Jardim Nomura
83	Transportes	Transporte (Administração)	Rua Jorge Caixe, 306A - Piso térreo - Jardim Nomura
84	Turismo	Secretaria de Turismo	Rua Jorge Caixe, 306A - 3º andar - Jardim Nomura

ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ORÇAMENTO ESTIMADO)

PREGÃO Nº 024/2026

LOTE 1					
Item	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	Vasilhame (garrafão) vazio, capacidade de 20 litros, confeccionado em material plástico resistente, cor azul translúcida, formato cilíndrico, com aproximadamente 50 cm de altura e 28 cm de diâmetro para reposição.	Unidade	300	R\$ 44,63	R\$ 13.389,00
2	Água mineral natural sem gás, acondicionada em galão retornável de 20 litros, com tampa de pressão e lacre de segurança, com validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega, fornecida mediante sistema de troca de vasilhames (retorno do vasilhame vazio), com entrega ponto a ponto, sendo os vasilhames disponibilizados em regime de comodato durante a vigência do contrato.	Unidade	18504	R\$ 20,38	R\$ 377.111,52
VALOR TOTAL LOTE 1					R\$ 390.500,52
LOTE 2					
Item	Item	Item	Item	Item	VALOR UNITÁRIO
3	Água mineral natural sem gás, acondicionada em copo de polietileno, lacrado com tampa aluminizada, contendo 200 ml, com validade mínima de 5 (cinco) meses a contar da data da entrega. Unidade de compra caixa com 48 (quarenta e oito) unidades;	Caixa com 48 unidades	2.404	R\$ 47,39	R\$ 113.925,56
VALOR TOTAL LOTE 2					R\$ 113.925,56
LOTE 3 – EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
Item	Item	Item	Item	Item	Item
4	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa pet, tampa com rosca e lacre; contendo 500 ml, validade 5 (cinco) meses a contar da data da entrega. Unidade de compra pacote com 12 (doze) unidades.	Pacote com 12 unidades	683	R\$ 25,20	R\$ 17.211,60
VALOR TOTAL LOTE 3					R\$ 17.211,60

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA READEQUADA – LICITANTE VENCEDOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

Ao

Município de Cotia

Processo nº 18.117/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, natural sem gás, destinada ao atendimento das Unidades Administrativas do Município de Cotia, com entrega ponto a ponto.

LICITANTE:

CNPJ/MF:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

ENDEREÇO:

NOME DO REPRESENTANTE/CPF/RG:

DADOS BANCÁRIOS:

LOTE 1

Item	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	Vasilhame (garrafão) vazio, capacidade de 20 litros, confeccionado em material plástico resistente, cor azul translúcida, formato cilíndrico, com aproximadamente 50 cm de altura e 28 cm de diâmetro para reposição.	Unidade	300	R\$	R\$
2	Água mineral natural sem gás, acondicionada em galão retornável de 20 litros, com tampa de pressão e lacre de segurança, com validade mínima de 2 meses a contar da data da entrega, fornecida mediante sistema de troca de vasilhames (retorno do vasilhame vazio), com entrega ponto a ponto, sendo os vasilhames disponibilizados em regime de comodato durante a vigência do contrato.	Unidade	18504	R\$	R\$

VALOR TOTAL LOTE 1 R\$

LOTE 2

Item	Item	Item	Item	Item	VALOR UNITÁRIO
3	Água mineral natural sem gás, acondicionada em copo de polietileno, lacrado com tampa aluminizada, contendo 200 ml, com validade mínima de 5 (cinco) meses a contar da data da entrega. Unidade de compra caixa com 48 (quarenta e oito) unidades;	Caixa com 48 unidades	2.404	R\$	R\$
VALOR TOTAL LOTE 2					R\$
LOTE 3 – EXCLUSIVO PARA ME/EPP					
Item	Item	Item	Item	Item	Item
4	Água mineral natural sem gás, acondicionada em garrafa pet, tampa com rosca e lacre; contendo 500 ml, validade 5 (cinco) meses a contar da data da entrega. Unidade de compra pacote com 12 (doze) unidades.	Pacote com 12 unidades	683	R\$	R\$
VALOR TOTAL LOTE 3					R\$.

REPRESENTANTE (responsável pela assinatura do Contrato):

CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE:

CPF:

TELEFONE Nº:

E-MAIL PESSOAL:

CONDIÇÕES GERAIS:

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Deverá ser cotado preço unitário, lote e total da proposta.

Os preços ofertados pela empresa vencedora não poderão ultrapassar os preços unitários estimados pela Administração Pública Municipal

A proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**, a partir da data de abertura do Pregão.

O Prazo e local de Entrega: conforme TERMO DE REFERÊNCIA.

O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

O Prazo para Pagamento: 30 (trinta) dias, após a emissão da nota fiscal.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE



**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18.117/2026

DECLARO expressamente, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), que conheço integralmente a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e encontro-me legalmente apto a exercer os benefícios de que trata seu Capítulo V, tendo receita bruta compatível com o que padronizam os incisos I e II do art. 3º, bem como não incidindo em nenhum dos impedimentos de que trata o § 4º do mesmo artigo.

DECLARO, ainda, conhecer, estar ciente e não incidir na hipótese tratada pelo § 2º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

Cotia, ____ de _____ de _____.

Representante Legal

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo(a) Sr. (a)(sócio/diretor) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, residente e domiciliado à Rua, _____ nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, de acordo com o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

(Local), ___ de _____ de _____.

(Carimbo e Assinatura)



**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

ANEXO VI- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SITUAÇÕES QUE IMPLIQUEM NEPOTISMO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA:

- 1) Não possuir proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Diretores de Autarquias Municipais) na Prefeitura Municipal de Cotia;
- 2) Não possuir proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Cidade, ____ de _____ de ____.

(nome, cargo e número da identidade do declarante)

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

A empresa inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **declara**, sob as penas da lei, que:

I. cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório referenciado, bem como não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no Art. 14 da Lei Federal 14.133/2021;

II. até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III. tem pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos;

IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

V. não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015, conforme Lei Municipal nº 11.925/2015; e

VI. comunicará ao Município qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar as situações acima declaradas.

VII. tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

ANEXO VIII - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COTIA.

CONTRATADA: _____

OBJETO: XXXXX

PRAZO DE VIGÊNCIA: XXX (XXX) meses, a contar da XXXXXXX.

VALOR: _____ (_____)

PROCESSO Nº: 18.117/2026 – PREGÃO Nº 024/2026 – CONTRATO Nº xxx/2026.

Pelo presente termo de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE COTIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Professor Manuel José Pedroso, nº 1347 – Jardim Nomura – Cotia/SP – CEP: 06.717-100, inscrito no CNPJ sob o n.º 46.523.049/0001-20, neste ato representada, nos termos do do Decreto Municipal nº 9.261, de 15 de dezembro de 2023, pelo Secretário Municipal de **XXXXX**, Sr. **XXXXX**, portador do portador do RG nº **XXXXX** e inscrito no CPF nº **XXXXX**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua **XXXXX**, nº **XXXXX**, no Município de **XXXXX**, Estado de **XXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n.º **XXXXX**, neste ato representada por **XXXXX**, portador do RG n.º **XXXXX** e inscrito no CPF n.º **XXXXX**, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 9.261/2023, bem como das demais normas correlatas, têm entre si justo e contratado, o que reciprocamente outorgam e aceitam, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato para fornecimento de água mineral, natural sem gás, destinada ao atendimento das unidades administrativas do município de cotia, com entrega ponto a ponto, nas condições estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante deste Contrato como se nele estivesse transcrito, observadas as disposições deste contrato e dos diplomas legais e normativos invocados no preâmbulo deste ajuste.

CLÁUSULA 2ª – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E DE ENTREGA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado exclusivamente nas hipóteses autorizadas pela lei e desde que haja disponibilidade orçamentária, devidamente atestada pela autoridade competente.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para administração, na forma do art.23 da Lei nº 14.133/2021, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) *Estar formalmente demonstrado, nos autos do processo, que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.*
- b) *Seja juntado relatório que detalhe e motive a boa execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de a administração manter interesse na realização do serviço;*
- d) *Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) *Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;*

2.1.2. O Contratado não tem direito subjetivo à renovação contratual.

2.1.3. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao logo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser realizados ou eliminados como condição para a renovação.

2.1.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.2. A manutenção da vigência do presente contrato fica condicionada ao cumprimento das disposições do art. 106 e art. 107, ambos da Lei nº 14.133/2021, devendo constar nos autos do processo todos os documentos necessários à sua demonstração.

2.2.1. A eficácia do contrato fica condicionada à sua disponibilização, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal do Município na internet, na forma do art. 94 da Lei n.º 14.133/2021.

2.3. O prazo de **(ENTREGA)** é aquele constante do Anexo I – Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA 3ª – DO VALOR CONTRATUAL, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1.O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores consignados nesta Cláusula, conforme proposta de preços que se sagrou vencedora da licitação e que integra este Contrato, como anexo.

3.2.O valor total do presente termo é de **R\$ XXXX (XXXX)**, cujos preços unitários e totais seguem relacionados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

3.2.1.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3.As despesas da execução deste contrato onerarão o orçamento da Secretaria Municipal de Licitações e Logística e serão suportadas pela **dotação nº XXXXX** e Nota de Empenho n.º **XXXXX**.

3.4.O regime de execução deste contrato será o de **empitada por preço unitário**.

CLÁUSULA 4ª – DO LOCAL DA ENTREGA

4.1.O objeto deste contrato deverá ser (ENTREGUE), ponto a ponto, conforme a relação dos possíveis locais, de acordo com Termo de Referência Anexo I do Edital.

CLÁUSULA 5ª – DO RECEBIMENTO

5.1.O recebimento do objeto deste contrato será feito em observância ao art. 140 da Lei nº 14.133/2021, bem como às disposições desta cláusula.

5.2.O objeto será recebido **PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do

contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3.O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (a) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.3.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4. O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA 6ª – DO PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, emitido pela CONTRATADA, o servidor responsável pela fiscalização do Contrato, após verificar se tal documento apresenta os elementos necessários (dados do contrato, período a que se refere, valor e retenções devidas), procederá à medição do objeto, submetendo a autoridade competente o ateste para a respectiva aprovação.

6.1.1. Juntamente com o documento de cobrança, a CONTRATADA deverá apresentar a comprovação de manutenção de sua regularidade fiscal.

6.1.2.A não manutenção da regularidade fiscal, pela CONTRATADA, não obstará o prosseguimento dos atos necessários ao pagamento pela execução finalizada, mas poderá ensejar a aplicação de sanções ou a extinção do ajuste, na forma prevista neste contrato.

6.2.Aprovada a medição formal, será providenciado, via protocolo ou outro meio hábil, o envio dos documentos à Secretaria da Fazenda, para fins de pagamento, que deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da aprovação.

6.2.1.Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

6.3.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

6.3.1.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.2.No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA para fins de correção monetária.

6.3.3.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.4.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

6.4.Observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, contada da data de apresentação da proposta ou da data de alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, os preços contratuais poderão ser reajustados, mediante utilização do índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IBGE.

6.4.1.Para fins de reajustamento do preço, deverão ser observadas as regras previstas no art. 112 do Decreto Municipal n.º 9.261/2023.

CLÁUSULA 7ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1.Além de outras previstas nos anexos do edital e no Decreto Municipal n.º 9.261/2023, constituem obrigações da CONTRATADA:

7.1.1.manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital da licitação;

7.1.2. arcar com as despesas de carga e descarga e de fretes referentes a entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem às especificações do objeto contratado;

7.1.3. responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto;

7.1.4. Atender a toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento;

7.1.5. responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.1.6. fornecer o objeto desta licitação em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Anexo I, principalmente no tocante à unidade de fornecimento e ao quantitativo esbelecido;

7.1.7. comunicar ao CONTRATANTE eventuais situações de descontinuidade, parada de produção, falta de insumos/matéria prima ou outra razão superveniente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, encaminhando o documento do fabricante confirmando o fato invocado;

7.1.7.1. em atenção ao item anterior, substituir, mediante prévia autorização do CONTRATANTE, os materiais por outros de igual ou superior qualidade e manter todas as condições da proposta, inclusive quanto ao preço;

7.1.8. corrigir prontamente eventuais defeitos nos produtos fornecidos, substituindo-os por novos que atendam as especificações previstas no edital, sem ônus para o CONTRATANTE;

7.1.9. entregar o bem licitado em sua totalidade (conforme quantidades contidas nas Autorizações de Fornecimento), sendo que a entrega deverá ser realizada no endereço e prazo mencionados neste contrato ou no Anexo I do edital;

7.1.10. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.11. observar e cumprir as disposições do Decreto Municipal nº 9.208/2023, especialmente quanto aos seguintes requisitos:

7.1.11.1. emitir notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.234, de 2012, com alterações promovidas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.145 de 2023, sob pena de não aceitação por parte da contratante;

7.1.11.2. a contratada deverá destacar no corpo da nota fiscal a alíquota do Imposto de Renda retido na fonte;

7.1.11.3. a alíquota de incidência a ser aplicada sobre o valor a ser pago corresponderá a espécie do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme estabelecido na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, nº 1.234, de 2012, com alterações promovidas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.145 de 2023.

7.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além de outras previstas no edital e no Decreto Municipal n.º 9.261/2023:

7.2.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e em seus anexos;

7.2.3. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.2.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

7.2.5. designar um servidor como gestor do Contrato e que servirá de contato junto à CONTRATADA para gestão, acompanhamento e esclarecimentos que porventura se fizerem necessários durante a vigência contratual;

7.2.6. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e em seus anexos; e

7.3. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.

7.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 8ª – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA 9ª – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA que descumprir total ou parcialmente as normas e obrigações estipuladas nos anexos do edital ficará sujeito às penalidades descritas no art. 156, da Lei nº 14.133/2021, cujos procedimentos foram regulamentados por meio do Decreto Municipal n.º 9.261/2023, que deverá ser conhecido e observado pela CONTRATADA.

9.2.O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

9.2.1.advertência;

9.2.2.multa;

9.2.3.impedimento de licitar e contratar;

9.2.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.3.Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no §1º do art. 156, da Lei nº 14.133/2021, bem como os procedimentos estatuídos no Decreto Municipal nº 9.261/2023.

9.4.As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, hipótese em que serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

9.5.A autoridade julgadora, mediante ato motivado e sob os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, poderá agravar, abrandar ou isentar a aplicação das penalidades, assim como adotar prazo ou percentual diverso de que trata o Decreto Municipal nº 9.261/2023.

9.6.O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

9.7.Não se aplica a regra prevista no *caput* do art. 128 do Decreto Municipal nº 9.261/2023 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

9.7.1.O disposto no art. 128 do Decreto Municipal nº 9.261/2023 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

9.8.A sanção de **advertência**, que consiste em comunicação formal ao contratado, será aplicada nas seguintes hipóteses:

9.8.1.descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

9.8.2.inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

9.8.3. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração Pública Municipal.

9.9. A **multa** será calculada na forma prevista neste contrato e não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

9.9.1. A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 9.261/2023.

9.10. O CONTRATADO que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, nos termos do Decreto Municipal nº 9.261/2023, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

9.10.1. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução de serviços, até o limite de 30% (trinta por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal.

9.10.2. multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, assim consideradas como aquelas estipuladas nas alíneas “a” a “p” do inciso IV do art. 131 do Decreto Municipal n.º 9.261/2023.

9.10.3. multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

9.10.4. multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o contratado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato.

9.11. O atraso para apresentação, execução, prestação e obrigação contratual, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias contínuos, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do termo final do prazo estabelecido para o seu cumprimento.

9.12. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas nesta cláusula, cumulando-se os respectivos valores.

9.13. A aplicação das multas previstas nesta cláusula não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado ao Município ou a terceiros.

9.14. Na hipótese de deixar o contratado de pagar a multa aplicada a tempo e modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

9.14.1. se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

9.14.2. inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia, caso exigida;

9.14.3. impossibilitado o desconto a que se refere o item anterior, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa não tributária, por meio de processo administrativo próprio.

9.15. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas no ato da Administração Pública Municipal.

9.16. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que incidir em uma das hipóteses regulamentadas no art. 134 do Decreto Municipal n.º 9.261/2023, devendo, em tal situação, ser fielmente observado o regramento e procedimento ali estabelecido.

9.17. A sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar será aplicada àquele que incidir em uma das hipóteses regulamentadas no art. 135 do Decreto Municipal n.º 9.261/2023, devendo, em tal situação, ser fielmente observado o regramento e procedimento ali estabelecido

9.18. A aplicação das sanções previstas neste instrumento contratual não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Cotia.

9.19. Para aplicação de qualquer das sanções previstas nesta cláusula, observar-se-á os ritos específicos para o processo administrativo sancionatório, conforme detalhamento contido na Seção III do Decreto Municipal n.º 9.261/2023, inclusive quanto à desconsideração da personalidade jurídica prevista no art. 160 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA 10ª – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1.O contrato poderá ser extinto quando cumpridas todas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se, ainda, as disposições dos arts. 138 e 139, da referida lei.

10.3.A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Todavia, se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4.O termo de extinção contratual, sempre que possível, será precedido:

10.4.1.de relatório relacionado aos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2.de relação dos pagamentos já efetuados, bem como das medições que, já liquidadas, encontram-se pendentes de pagamento, com a indicação dos respectivos processos administrativos em que tramitam;

10.4.3.indenizações e multas aplicadas.

10.5.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que, se for o caso, será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021), observada a ritualística prevista no Decreto Municipal n.º 9.261/2023.

10.6.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLAUSULA 11ª – DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

11.1.As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios gerais da Administração Pública e os específicos aplicáveis às Licitações e Contratos públicos.

11.2.A CONTRATADA assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem da CONTRATANTE.

11.3.Nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que

constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis nacionais, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

11.4. As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

CLAUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES

12.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na forma, condições e em observância ao disposto nos arts.124 a 135, da Lei nº 14.133/2021, bem como regramento disciplinado no Decreto Municipal nº 9.261/2023.

12.2. Não caracterizam alteração contratual e serão incorporadas ao contrato por meio de simples apostila a ocorrência dos fatos indicados nos incisos I a IV do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA 13ª – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, PROPOSTA E CONTRATO

13.1. A CONTRATADA deve ter pleno conhecimento das disposições constantes deste instrumento, bem como de todas as condições dispostas no Edital e em seus anexos, assim como as demais informações constantes de sua Proposta, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo ao perfeito cumprimento do ajuste, devendo serem mantidas, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.2. O presente contrato é firmado através do PREGÃO ELETRÔNICO nº **XXX/2026**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal n.º 9.261/2023 e no edital e seus anexos, normas estas que o regerão até a conclusão de sua execução.

CLÁUSULA 14ª – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal n.º 9.261/2023 e nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 15ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A tolerância das partes não implica em novação das obrigações assumidas no presente contrato.

15.2. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas as disposições do edital e seus anexos que deu origem à presente avença, bem como as demais condições da proposta.

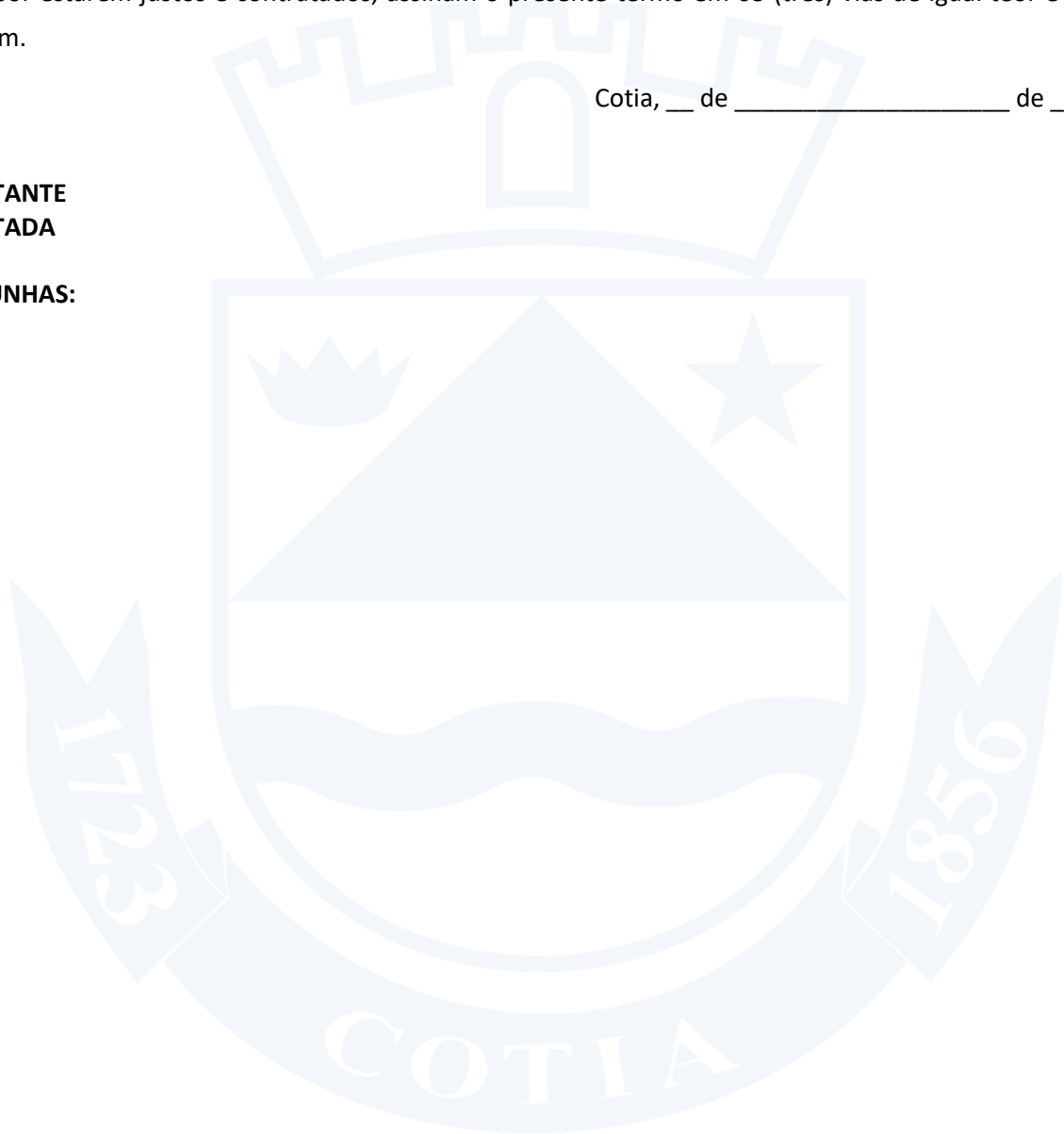
15.3. Fica eleito o foro da Comarca de Cotia como competente para apreciar todas as questões decorrentes do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo fim.

Cotia, ___ de _____ de _____.

**CONTRATANTE
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:





**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

**ANEXO I DO TERMO DE CONTRATO
TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

CONTRATADO _____

CONTRATO Nº: _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, natural sem gás, destinada ao atendimento das Unidades Administrativas do Município de Cotia, com entrega ponto a ponto.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Local e Data.



**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

ANEXO II DO TERMO DE CONTRATO

CADASTRO DE RESPONSÁVEIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA.

CONTRATADA: _____

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, natural sem gás, destinada ao atendimento das Unidades Administrativas do Município de Cotia, com entrega ponto a ponto.

PRAZO DE VIGÊNCIA: XXX (XXX), a contar da assinatura do contrato.

VALOR: _____

PROCESSO Nº: 18.117/2026 – **PREGÃO Nº** 024/2026 – **CONTRATO Nº** ___/2026.

Nome: _____

RG nº _____ CPF nº _____

Cargo: _____

Endereço Residencial: _____

Cep: _____

Telefone: _____

CONTRATADA: _____

CNPJ nº _____ Telefone: _____

Sede: _____ CEP _____

Representante: Sr. _____

Profissão: _____

RG nº _____ CPF nº _____

Cotia, ____ de _____ de _____.



**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

ANEXO III DO TERMO DE CONTRATO

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

PREGÃO Nº 024/2026

CONTRATANTE:
CNPJ Nº:
CONTRATADA:
CNPJ Nº:
CONTRATO Nº (DE ORIGEM):
DATA DA ASSINATURA:
VIGÊNCIA:
OBJETO:
VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo Processo Administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



**Secretaria Municipal de
Licitações e Logística**

**ANEXO IV DO TERMO DE CONTRATO
TERMO DE DESIGNAÇÃO**

CONTRATO N° ____/2026

Pregão Eletrônico nº 024/2026 – Processo nº 18.117/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de água mineral, natural sem gás, destinada ao atendimento das Unidades Administrativas do Município de Cotia, com entrega ponto a ponto.

Através do presente fica designado o servidor abaixo relacionado, como responsável pela gestão do contrato em referência:

Nome do Servidor:

RG n°: CPF n°

Cargo:

Cotia-SP, ____/____ de 2026.

Márcio José Gomes

Secretário Municipal de Licitações e Logística